

Sexta-Feira, 30 de Outubro de 2026

Secretário de Saúde de MT explica uso de R\$ 1,9 bilhão em pagamentos indenizatórios para UTI e home care

Gestor ouvido pela CPI da ALMT detalha investimentos em leitos intensivos e serviços domiciliares entre 2020 e 2024

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) realizou audiência na quarta-feira com o secretário de Estado de Saúde, Juliano Melo. Durante o depoimento, o gestor respondeu questionamentos sobre gastos indenizatórios, celebrações contratuais com empresas vinculadas à Operação Espelho, transferências ao Hospital Central e possíveis conflitos de interesse. A investigação abrange suspeitas de irregularidades em procedimentos de contratação e despesas da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT) ao longo do período de 2019 a 2025.

Melo, que exerceu funções como secretário adjunto e dirigiu interinamente a pasta em diversos momentos do período sob investigação, compareceu à comissão como testemunha. Um dos tópicos principais abordou os aproximadamente R\$ 1,9 bilhão em despesas indenizatórias documentadas entre 2020 e 2024, conforme dados apresentados durante os questionamentos. Essas operações ocorrem sem embasamento contratual padronizado e geraram reclamações de órgãos fiscalizadores.

O gestor argumentou que parte significativa desses desembolsos destina-se a manter a qualidade dos serviços, particularmente em leitos de Terapia Intensiva (UTI) e atendimento domiciliar especializado (home care). Conforme sua declaração, essas despesas apresentaram diminuição superior a 60% em 2026, decorrente da reorganização do modelo administrativo nas instituições hospitalares regionais e da adequação contratual.